



Deliberação Consema 27/2009 (Minuta C)

De ~~21 de julho de 2009.~~

261ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.

Dispõe sobre diretrizes para a descentralização do licenciamento ambiental.

O **Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA**, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso I do artigo 2º da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e:

Considerando que o meio ambiente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do Artigo 225 da Constituição Federal;

Considerando que, de acordo com o Artigo 23 da Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”; “preservar as florestas, a fauna e a flora”;

Considerando que a Lei Federal nº 6.938/1981, em vigor, estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e instituiu o Sisnama-Sistema Nacional de Meio Ambiente, criando as bases para a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados;

Considerando que a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados é condição fundamental para a melhoria da qualidade ambiental, na medida em que integra os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, otimizando os recursos públicos envolvidos na gestão ambiental e aumentando o efetivo técnico envolvido no licenciamento e no controle ambiental;

Considerando que se entende por licenciamento ambiental o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles(as) que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, observando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Considerando que a participação do município no licenciamento ambiental preconizada pela Política Nacional de Meio Ambiente foi reforçada pela Resolução Conama 237/97, que regulamenta a atuação dos municípios no licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto tipicamente local;

Considerando que o ponto de partida para os licenciamentos ambientais é a declaração, pela prefeitura, de que a atividade a ser licenciada é compatível com a legislação urbana do município;

Considerando que, pela sua tipologia, os empreendimentos que integrarão a lista ~~a ser apreciada pelo Conselho~~ **constante do Anexo 4 Único** são aqueles que a experiência acumulada no licenciamento estadual demonstra ~~representarem~~ **acarretarem** impactos ambientais locais;

Considerando que, no licenciamento ambiental, o município observará necessariamente a legislação ambiental e os padrões de qualidade estaduais, sendo de sua opção a criação de legislação ambiental municipal mais restrita que a estadual;

Considerando que o licenciamento ambiental municipal atenderá ao princípio da publicidade nas decisões ambientais, princípio consolidado nas Resoluções Conama 06/1986 e 28/2001;

Considerando que a SMA e a CETESB têm, nos últimos anos, desenvolvido ações para capacitar os municípios paulistas para a gestão e o licenciamento ambiental, com o objetivo de estabelecer no Estado os fundamentos do funcionamento do Sisnama,

ESTABELECE as seguintes Diretrizes para a Descentralização do Licenciamento Ambiental:

Art. 1º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado de São Paulo, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ~~definidos por convênio entre o município e a Cetesb.~~

Art. 2º - São consideradas como de impacto ambiental local as atividades ~~que serão contempladas em lista a ser definida pelo Conselho~~ **listadas no Anexo 4 Único destas diretrizes.**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Parágrafo único – Quando a avaliação técnica da atividade ou do empreendimento demonstrar a existência de impacto que extrapole o âmbito local, o licenciamento deverá ser repassado ao órgão ou entidade ambiental competente.

Art. 3º - Para o exercício do licenciamento ambiental, o município deverá atender às seguintes condições:

I - Demonstrar a existência e funcionamento regular de Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e composto paritariamente por órgãos do setor público e entidades da sociedade civil;

II - Contar, nos quadros do órgão municipal ambiental, com profissionais qualificados e legalmente habilitados pelos seus respectivos órgãos de classe, em número e com especialização compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas;

III - Contar com sistema de monitoramento e fiscalização ambiental que garanta o cumprimento das exigências e condicionantes das licenças expedidas.

IV Art. 4º - O município poderá firmar Convênio de Cooperação Técnica com a CETESB, objetivando o aprimoramento do sistema ambiental municipal, no qual deverá ser previsto, dentre outras ações, o treinamento da equipe da prefeitura em licenciamento e controle, e do qual se dará publicidade, mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - O treinamento de que trata este ~~inciso~~ artigo será realizado pela CETESB.

Art. 4º 5º - A CETESB, previamente à assinatura do Convênio de Cooperação, avaliará o cumprimento pelo município das condições previstas no artigo 3º, informando o CONSEMA.

Art. 5º 6º - ~~Sempre que necessário, a~~ **Caberá à** CETESB ~~avocar a si~~ o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades que impliquem em impactos ambientais que ultrapassem os limites territoriais do município, podendo qualquer interessado encaminhar questionamento acerca da abrangência dos impactos do empreendimento.

Art. 6º 7º- Quando a ampliação ou modernização dos empreendimentos e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atividades já licenciados pelo órgão municipal de meio ambiente implicarem impactos ambientais que ultrapassem seus limites territoriais, a competência do licenciamento ambiental será do ~~órgão ambiental estadual~~ da CETESB.

Art. 8º - Nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais o licenciamento a ser procedido pelo município deverá restringir-se às atividades descritas nas leis específicas. Inexistindo leis específicas o licenciamento ambiental será realizado pelo Estado.

Art. 7º 9º - No exercício do licenciamento, o município dará publicidade aos pedidos de licença, assegurando à sociedade e a todos os municípios limítrofes informações técnicas, especialmente aquelas que permitam avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades objeto de pedido de licenciamento.

Art. 8º 10º - Sem prejuízo da publicidade na esfera municipal e regional, a que se refere o artigo anterior, os pedidos de licença e as informações relevantes sobre o processo de licenciamento, inclusive as decisões proferidas pelo município, deverão ser publicados em sistema estadual a ser instituído pela CETESB SMA.

Art. 9º 11 - ~~Durante a vigência do convênio, o município fornecerá anualmente à CETESB relatório das atividades licenciadas.~~

Art. 10 12 - A ~~CETESB~~ A SMA, ouvido o CONSEMA, definirá indicadores para o monitoramento e a avaliação das atividades de licenciamento e divulgará anualmente relatório de desempenho dos órgãos municipais licenciadores.

Art. 13 - Para fins desta Deliberação consideram-se as seguintes definições:

I - Árvores Isoladas: são aquelas situadas fora de fisionomias vegetais, sejam florestais ou savânicas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados;

II - Vegetação em estágio pioneiro de regeneração: é aquela cuja fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo ocorrer estratos arbustivos, conforme definição de Resolução CONAMA 001/94.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

III - Área urbana consolidada: ~~entende-se por área urbana consolidada, para fins deste convênio,~~ é aquela que se caracterize simultaneamente pelos seguintes critérios:

- a) Definição legal pelo poder público;
- b) Existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana: malha viária com canalização de águas pluviais; rede de abastecimento de água; rede de esgoto; distribuição de energia elétrica e iluminação pública
- c) recolhimento de resíduos sólidos urbanos
- d) tratamento de resíduos sólidos urbanos
- e) Densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².

Francisco Graziano Neto
Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do Consema

ANEXO 1- Único

LISTA DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO
TIPICAMENTE LOCAL

1. Obras de Transporte, exercidos em âmbito intramunicipal, cujos impactos diretos não ultrapassem o respectivo território.
 - Construção e ampliação de pontes em vias municipais;
 - Recuperação de aterros e contenção de encostas em vias municipais;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Abertura e prolongamento de vias intramunicipais;
- Recuperação de estradas vicinais e reparos de obras de arte em vias municipais;
- Heliponto;
- Corredor de transporte urbano de passageiros;
- Terminal rodoviário (exceto em Áreas de Proteção aos Mananciais - APM; quando se tratar da Região Metropolitana de São Paulo).

2. Obras hidráulicas de saneamento, exercidos em âmbito intramunicipal, cujos impactos diretos não ultrapassem o respectivo território.

- Reservatórios de água tratada e Estações Elevatórias;
- Adutoras de Água intramunicipal;
- Estações elevatórias de esgotos, coletores tronco, interceptores, linhas de recalque intramunicipais, desde que ligados a uma estação de tratamento de esgotos;
- Galerias de águas pluviais;
- Canalizações de Córregos em áreas urbanas
- Desassoreamento de córregos e lagos em áreas urbanas
- Unidade de triagem de resíduos sólidos domésticos.

3. Projetos de lazer, exercidos em âmbito intramunicipal

- Complexos turísticos e de lazer, hoteleiros, parques temáticos, com capacidade máxima estimada menor que 2.000 pessoas/dia

4. Empreendimentos do setor elétrico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Ramal de transmissão e Linha de distribuição e respectivas subestações desde que totalmente inseridas no território do município;

5. Obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços de telecomunicação e radiodifusão.

6. Empreendimentos Industriais

6.1. Fabricação de

- Sorvetes e outros gelados comestíveis
- Biscoitos e bolachas
- Massas alimentícias
- Artefatos têxteis para uso doméstico
- Tecidos de malha
- Acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
- Tênis de qualquer material
- Calçados de material sintético
- Partes para calçados, de qualquer material
- Calçados de materiais não especificados anteriormente
- Esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
- Artigos de carpintaria para construção
- Artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Artefatos diversos de madeira, exceto móveis
- Artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
- Formulários contínuos
- Produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
- Produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
- Produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
- Artefatos de borracha não especificados anteriormente
- Embalagens de material plástico
- Tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
- Artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
- Artefatos de material plástico para usos industriais
- Artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
- Artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
- Artefatos de cimento para uso na construção
- Esquadrias de metal
- Artigos de serralheria, exceto esquadrias
- Equipamentos de informática



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Periféricos para equipamentos de informática
- Máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
- Geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios
- Móveis com predominância de madeira
- Móveis com predominância de metal
- Móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
- Colchões
- Artefatos de joalheria e ourivesaria
- Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
- Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
- Escovas, pincéis e vassouras

6.2. Demais empreendimentos industriais ou de serviços

- Impressão de material para uso publicitário
- Impressão de material para outros usos
- Edição integrada à impressão de livros
- Lapidação de gemas
- Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Produção de artefatos estampados de metal
- Atividades de gravação de som e de edição de música
- Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
- Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
- Reforma de pneumáticos usados
- Envasamento e empacotamento sob contrato
- Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
- Atividades que queimem combustível sólido ou líquido abaixo descritas:
 - Hotéis
 - Apart-hotéis
 - Motéis
 - Lavanderias
 - Tinturarias

7. Coleta de resíduos não-perigosos

8. Cemitérios

9. Supressão de árvores nativas isoladas e de exemplares arbóreos de espécies exóticas

10. Corte de árvores nativas isoladas incluídas nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção, observado o disposto na Resolução SMA 18/07

11. Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), nos casos permitidos pela legislação, quando a área se apresentar sem vegetação, árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração.